



**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS/FUNÇÕES PÚBLICAS DO QUADRO  
DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE TRÊS MARIAS/MG – EDITAL Nº 01/2021**

**RETIFICAÇÃO Nº 02**

O Município de Três Marias e o Instituto Brasileiro de Gestão e Pesquisa – IBGP RESOLVEM RETIFICAR os o Edital nº 01/2021, de 27/07/2021, e seus Anexos I, II, III e IV na forma abaixo especificada:

**EDITAL Nº 01/2021**

**ONDE SE LÊ:**

O Município de Três Marias/MG e o Instituto Brasileiro de Gestão e Pesquisa – IBGP tornam público e estabelecem normas para a realização de Concurso Público destinado a selecionar candidatos para o provimento de cargos/funções públicas efetivas do Quadro Geral dos Servidores do Município de Três Marias/MG, observados os termos da **Lei Ordinária nº 1.089**, de 31 de março de 1992, que “*Dispõe sobre o Plano de Cargos e Carreiras do Pessoal da prefeitura e das Fundações Públicas de Três Marias.*”; da **Lei Ordinária nº 1.094**, de 15 de abril de 1992, que “*Dispõe sobre alterações no Plano de Cargos e Carreiras.*”; da **Lei Municipal nº 1.154**, de 30 de dezembro de 1992, que “*Dispõe sobre o Estatuto do Servidor Público da Administração Direta e das Autarquias e das Fundações Públicas do Poder Executivo do Município de Três Marias.*”; da **Lei Ordinária nº 1.156**, de 28 de janeiro de 1993, que “*Dispõe sobre transformação no Plano de cargos e carreira e sobre antecipação salarial.*”; da **Lei Ordinária nº 1.260**, de 20 de junho de 1994, que “*Dispõe Sobre Alterações de Plano de Cargos e Carreiras do Pessoal da Prefeitura Municipal e das Fundações Públicas de Três Marias.*”; da **Lei Ordinária nº 1.324**, de 12 de maio de 1995, que “*Dispõe sobre alterações ao Plano de Cargos e Carreiras do Pessoal da Prefeitura Municipal de Três Marias, instituído pela Lei nº 1.089/92.*”; da **Lei Ordinária nº 1.412**, de 05 de julho de 1996, que “*Dispõe sobre a Extinção da Fundação Municipal da Criança e do Adolescente de Três Marias – FUMCA.*”; da **Lei Ordinária nº 1.497**, de 21 de julho de 1997, que “*Dispõe sobre a criação de cargos no Plano de Cargos e Carreiras da Prefeitura Municipal para cessão à APAE-Três Marias, mediante Convênio.*”; da **Lei Ordinária nº 1.537**, de 17 de fevereiro de 1998, que “*Introduz modificações no Plano de Cargos e Carreiras do Pessoal da Prefeitura Municipal de Três Marias.*”; da **Lei Ordinária nº 1.626**, de 26 de janeiro de 2000, que “*Dispõe sobre a criação de cargos no Plano de Cargos e Carreiras da Prefeitura Municipal de Três Marias.*”; da **Lei Ordinária nº 1.633**, de 30 de março de 2000, que “*Dispõe sobre a criação de Cargos no Plano de Cargos e Carreiras da Prefeitura Municipal de Três Marias.*”; da **Lei Ordinária nº 1.703**, de 30 de agosto de 2001, que “*Cria 01 (um) cargo de padeiro no Plano de Cargos e Carreiras do Pessoal da Prefeitura Municipal de Três Marias.*”; da **Lei Ordinária nº 1.796**, de 27 de novembro de 2002, que “*Dispõe sobre alterações no Plano de Cargos e Carreiras do Pessoal da Prefeitura do Município de Três Marias.*”; da **Resolução nº 186**, de 28 de junho de 2004, texto atualizado em 14/01/2009, até a Emenda 006/2008, que “*Dispõe sobre a revisão geral da Lei Orgânica Municipal.*”; da **Lei Ordinária nº 1.888**, de 02 de julho de 2004, que “*Dispõe sobre a criação de cargos no Plano de Cargos e Carreiras da Prefeitura Municipal de Três Marias.*”; da **Lei Ordinária nº 1.998**, de 14 de fevereiro de 2007, que “*Dispõe sobre a criação de cargos no Plano de Cargos e Carreiras da Prefeitura Municipal de Três Marias.*”; da **Lei Ordinária nº 2.109**, de 27 de março de 2009, que “*Dispõe sobre criação de cargos de provimento efetivo de Médico do Programa de Saúde da Família PSF e Médico com Especialidade.*”; da **Lei Ordinária nº 2.110**, de 03 de abril de 2009, que “*Dispõe sobre criação de cargos de provimento efetivo no Plano de Cargos e Carreiras de Pessoal da Prefeitura Municipal de Três Marias. (Lei Municipal nº 1.089/1992)*”; da **Lei Ordinária nº 2.113**, de 07 de abril de 2009, que “*Dispõe sobre criação de cargos de provimento efetivo no Plano de Cargos e Carreiras de Pessoal da Prefeitura Municipal de Três Marias, (Lei Municipal nº 1.089/1992).*”; da **Lei Ordinária nº 2.254**, de 10 de agosto de 2011, que “*Altera o Piso Salarial dos profissionais do Magistério Público Municipal da Educação em cumprimento a Lei Federal nº 11.738 de 16 de julho de 2008, e dá outras providências.*”; da **Lei Ordinária nº 2.329**, de 20 de abril de 2012, que “*Altera o artigo 1º da Lei Municipal nº 2.254/2011, que Altera o Piso Salarial dos profissionais do Magistério Público Municipal da Educação em cumprimento a Lei Federal nº*



CONCURSO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE  
TRÊS MARIAS/MG - EDITAL Nº 01/2021



11.738 de 16 de julho de 2008 e dá outras providências.”; da **Lei Ordinária nº 2.381**, de 26 de março de 2013, que “Dispõe sobre criação de cargos de provimento efetivo no Plano de Cargos e Carreiras de Pessoal da Prefeitura de Três Marias. (Lei Municipal nº 1.089/1992).”; da **Lei Ordinária nº 2.405**, de 02 de outubro de 2013, que “Dispõe sobre criação de cargos na Lei Municipal nº 1.089/1992, para suprir cargo de provimento efetivo para posse proveniente do concurso público nº 001/2009, conforme previsto no respectivo Edital; extinguir cargos comissionados de livre nomeação e exoneração; alterar o símbolo de vencimento - CC4 para CC3 para o cargo de provimento em comissão de Coordenador de Manutenção e Mecânica de Autos; revogar os §§ 2º, 3º, 4º e 5º do Art. 65 da Lei Municipal nº 1.154/1992; fixar a data do início do exercício das atribuições para os candidatos nomeados em outubro de 2013 aprovados pelo concurso público de nº 001/2009; fixar início para contagem de tempo para efeitos de quinquênio e férias-prêmio; criar o cargo de engenheiro ambiental de provimento efetivo na Lei Municipal nº 1.089/1992; alterar a Lei Municipal nº 1.675, de 16 de março de 2001, que trata da Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Três Marias e dá outras providências.”; da **Lei Ordinária nº 2.760**, de 23 de agosto de 2019, que “Dispõe sobre criação de vagas de provimento efetivo no Plano de Cargos e Carreiras de Pessoal da Prefeitura de Três Marias. (Lei Municipal nº 1.089/1992)”; da **Lei Municipal nº 2.843**, de 26 de janeiro de 2021, que “Acrescenta requisitos a cargos previstos no Plano de Cargos e Carreiras da Prefeitura de Três Marias e dá outras providências.”; da **Lei Municipal nº 2.844**, de 26 de janeiro de 2021, que “Dispõe sobre a recomposição do valor da remuneração dos servidores públicos do Executivo Municipal de Três Marias”; da **Lei Municipal nº 2.856**, de 06 de abril de 2021, que “Acrescenta requisitos a cargos previstos no Plano de Cargos e Carreiras da Prefeitura de Três Marias e dá outras providências.” e da **Lei Municipal nº 2.868**, de 12 de julho de 2021, que “Acrescenta requisitos a cargos previstos na Lei Municipal nº 1.089/1992, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Carreiras do Pessoal da Prefeitura e das Fundações Públicas de Três Marias e dá outras providências.” e alterações posteriores, demais legislações complementares pertinentes e normas estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**LEIA-SE:**

O Município de Três Marias/MG e o Instituto Brasileiro de Gestão e Pesquisa – IBGP tornam público e estabelecem normas para a realização de Concurso Público destinado a selecionar candidatos para o provimento de cargos/funções públicas efetivas do Quadro Geral dos Servidores do Município de Três Marias/MG, observados os termos da **Lei Ordinária nº 1.089**, de 31 de março de 1992, que “Dispõe sobre o Plano de Cargos e Carreiras do Pessoal da prefeitura e das Fundações Públicas de Três Marias.”; da **Lei Ordinária nº 1.094**, de 15 de abril de 1992, que “Dispõe sobre alterações no Plano de Cargos e Carreiras.”; da **Lei Municipal nº 1.154**, de 30 de dezembro de 1992, que “Dispõe sobre o Estatuto do Servidor Público da Administração Direta e das Autarquias e das Fundações Públicas do Poder Executivo do Município de Três Marias.”; da **Lei Ordinária nº 1.156**, de 28 de janeiro de 1993, que “Dispõe sobre transformação no Plano de cargos e carreira e sobre antecipação salarial.”; da **Lei Ordinária nº 1.260**, de 20 de junho de 1994, que “Dispõe Sobre Alterações de Plano de Cargos e Carreiras do Pessoal da Prefeitura Municipal e das Fundações Públicas de Três Marias.”; da **Lei Ordinária nº 1.324**, de 12 de maio de 1995, que “Dispõe sobre alterações ao Plano de Cargos e Carreiras do Pessoal da Prefeitura Municipal de Três Marias, instituído pela Lei nº 1.089/92.”; da **Lei Ordinária nº 1.412**, de 05 de julho de 1996, que “Dispõe sobre a Extinção da Fundação Municipal da Criança e do Adolescente de Três Marias – FUMCA.”; da **Lei Ordinária nº 1.497**, de 21 de julho de 1997, que “Dispõe sobre a criação de cargos no Plano de Cargos e Carreiras da Prefeitura Municipal para cessão à APAE-Três Marias, mediante Convênio.”; da **Lei Ordinária nº 1.537**, de 17 de fevereiro de 1998, que “Introduz modificações no Plano de Cargos e Carreiras do Pessoal da Prefeitura Municipal de Três Marias.”; da **Lei Ordinária nº 1.626**, de 26 de janeiro de 2000, que “Dispõe sobre a criação de cargos no Plano de Cargos e Carreiras da Prefeitura Municipal de Três Marias.”; da **Lei Ordinária nº 1.633**, de 30 de março de 2000, que “Dispõe sobre a criação de Cargos no Plano de Cargos e Carreiras da Prefeitura Municipal de Três Marias.”; da **Lei Ordinária nº 1.703**, de 30 de agosto de 2001, que “Cria 01 (um) cargo de padeiro no Plano de Cargos e Carreiras do Pessoal da Prefeitura Municipal de Três Marias.”; da **Lei Ordinária nº 1.796**, de 27 de novembro de 2002, que “Dispõe sobre alterações no Plano de Cargos e Carreiras do Pessoal da Prefeitura do Município de Três Marias.”; da **Resolução nº 186**,



CONCURSO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE  
TRÊS MARIAS/MG - EDITAL Nº 01/2021



de 28 de junho de 2004, texto atualizado em 14/01/2009, até a Emenda 006/2008, que “Dispõe sobre a revisão geral da Lei Orgânica Municipal.”; da **Lei Ordinária nº 1.888**, de 02 de julho de 2004, que “Dispõe sobre a criação de cargos no Plano de Cargos e Carreiras da Prefeitura Municipal de Três Marias.”; da **Lei Ordinária nº 1.998**, de 14 de fevereiro de 2007, que “Dispõe sobre a criação de cargos no Plano de Cargos e Carreiras da Prefeitura Municipal de Três Marias.”; da **Lei Ordinária nº 2.109**, de 27 de março de 2009, que “Dispõe sobre criação de cargos de provimento efetivo de Médico do Programa de Saúde da Família PSF e Médico com Especialidade.”; da **Lei Ordinária nº 2.110**, de 03 de abril de 2009, que “Dispõe sobre criação de cargos de provimento efetivo no Plano de Cargos e Carreiras de Pessoal da Prefeitura Municipal de Três Marias. (Lei Municipal nº 1.089/1992)”;

da **Lei Municipal nº 2.111**, de 03 de abril de 2009, que “Dispõe sobre alterações de Símbolos de Vencimentos, Nível de Escolaridade e Atribuições de cargos da Lei nº 1.089/92, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Carreiras da Prefeitura Municipal de Três Marias e das Fundações Públicas de Três Marias.”; da **Lei Ordinária nº 2.113**, de 07 de abril de 2009, que “Dispõe sobre criação de cargos de provimento efetivo no Plano de Cargos e Carreiras de Pessoal da Prefeitura Municipal de Três Marias, (Lei Municipal nº 1.089/1992).”;

da **Lei Ordinária nº 2.254**, de 10 de agosto de 2011, que “Altera o Piso Salarial dos profissionais do Magistério Público Municipal da Educação em cumprimento a Lei Federal nº 11.738 de 16 de julho de 2008, e dá outras providências.”; da **Lei Ordinária nº 2.329**, de 20 de abril de 2012, que “Altera o artigo 1º da Lei Municipal nº 2.254/2011, que Altera o Piso Salarial dos profissionais do Magistério Público Municipal da Educação em cumprimento a Lei Federal nº 11.738 de 16 de julho de 2008 e dá outras providências.”;

da **Lei Ordinária nº 2.381**, de 26 de março de 2013, que “Dispõe sobre criação de cargos de provimento efetivo no Plano de Cargos e Carreiras de Pessoal da Prefeitura de Três Marias. (Lei Municipal nº 1.089/1992).”;

da **Lei Ordinária nº 2.405**, de 02 de outubro de 2013, que “Dispõe sobre criação de cargos na Lei Municipal nº 1.089/1992, para suprir cargo de provimento efetivo para posse proveniente do concurso público nº 001/2009, conforme previsto no respectivo Edital; extinguir cargos comissionados de livre nomeação e exoneração; alterar o símbolo de vencimento - CC4 para CC3 para o cargo de provimento em comissão de Coordenador de Manutenção e Mecânica de Autos; revogar os §§ 2º, 3º, 4º e 5º do Art. 65 da Lei Municipal nº 1.154/1992; fixar a data do início do exercício das atribuições para os candidatos nomeados em outubro de 2013 aprovados pelo concurso público de nº 001/2009; fixar início para contagem de tempo para efeitos de quinquênio e férias-prêmio; criar o cargo de engenheiro ambiental de provimento efetivo na Lei Municipal nº 1.089/1992; alterar a Lei Municipal nº 1.675, de 16 de março de 2001, que trata da Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Três Marias e dá outras providências.”;

da **Lei Ordinária nº 2.760**, de 23 de agosto de 2019, que “Dispõe sobre criação de vagas de provimento efetivo no Plano de Cargos e Carreiras de Pessoal da Prefeitura de Três Marias. (Lei Municipal nº 1.089/1992)”;

da **Lei Municipal nº 2.843**, de 26 de janeiro de 2021, que “Acrescenta requisitos a cargos previstos no Plano de Cargos e Carreiras da Prefeitura de Três Marias e dá outras providências.”;

da **Lei Municipal nº 2.844**, de 26 de janeiro de 2021, que “Dispõe sobre a recomposição do valor da remuneração dos servidores públicos do Executivo Municipal de Três Marias”;

da **Lei Municipal nº 2.856**, de 06 de abril de 2021, que “Acrescenta requisitos a cargos previstos no Plano de Cargos e Carreiras da Prefeitura de Três Marias e dá outras providências.”;

da **Lei Municipal nº 2.868**, de 12 de julho de 2021, que “Acrescenta requisitos a cargos previstos na Lei Municipal nº 1.089/1992, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Carreiras do Pessoal da Prefeitura e das Fundações Públicas de Três Marias e dá outras providências.” e da **Lei Municipal nº 2.871**, de 05 de outubro de 2021, que “Altera nomenclatura do cargo de Guarda Municipal previsto na Lei Municipal nº 1.089/1992, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Carreiras do Pessoal da Prefeitura e das Fundações Públicas de Três Marias e dá outras providências.” e alterações posteriores, demais legislações complementares pertinentes e normas estabelecidas neste Edital e seus anexos.

### ONDE SE LÊ:

**2.1.** Este Concurso Público oferta um total de **274 (duzentas e setenta e quatro) vagas**, conforme **ANEXO I** deste Edital, bem como formação de cadastro de reserva para os classificados que excederem as vagas ofertadas, inclusive de Pessoas com Deficiência (PcD).



CONCURSO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE  
TRÊS MARIAS/MG - EDITAL Nº 01/2021



**LEIA-SE:**

2.1. Este Concurso Público oferta um total de **273 (duzentas e setenta e três)** vagas, conforme ANEXO I deste Edital, bem como formação de cadastro de reserva para os classificados que excederem as vagas ofertadas, inclusive de Pessoas com Deficiência (PcD).

**ONDE SE LÊ:**

10.1.4 A aplicação da Prova Objetiva ocorrerá nas datas prováveis de **12/12/2021 (domingo)**, em dois turnos, **18/12/2021 (sábado)**, no turno da tarde, e **19/12/2021 (domingo)**, em dois turnos, divididos por cargo, conforme os quadros a seguir:

DATA DA PROVA	TURNO/HORÁRIO	CARGO/FUNÇÃO PÚBLICA	ABERTURA E FECHAMENTO DO PORTÃO
12/12/2021 (DOMINGO)	MANHÃ 09h00 as 11h00	101 - AUXILIAR DE SERVIÇOS	Abertura 01(uma) hora antes do início da prova e fechamento 15(quinze) minutos antes do horário de início da prova, a ser disponibilizado no CDI.
		102 - ELETRICISTA DE AUTOS	
		104 - MECÂNICO	
		105 - MOTORISTA	
		106/107 - OFICIAL DE OBRAS - BOMBEIRO HIDRÁULICO	
		108 - OFICIAL DE OBRAS - ELETRICISTA	
		109 - OFICIAL DE OBRAS - PEDREIRO	
		110 - OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS	
		111 - PADEIRO	

[...]

DATA DA PROVA	TURNO/HORÁRIO	CARGO/FUNÇÃO PÚBLICA	ABERTURA E FECHAMENTO DO PORTÃO
18/12/2021 (SÁBADO)	TARDE 15h00 as 17h00	112 - SERVENTE - COLETA DE LIXO	Abertura 01(uma) hora antes do início da prova e fechamento 15(quinze) minutos antes do horário de início da prova, a ser disponibilizado no CDI.
		103 - GUARDA MUNICIPAL	
	TARDE 15h00 as 17h30	301 - AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO	

[...]

**LEIA-SE:**

10.1.4 A aplicação da Prova Objetiva ocorrerá nas datas prováveis de **12/12/2021 (domingo)**, em dois turnos, **18/12/2021 (sábado)**, no turno da tarde, e **19/12/2021 (domingo)**, em dois turnos, divididos por cargo, conforme os quadros a seguir:

DATA DA PROVA	TURNO/HORÁRIO	CARGO/FUNÇÃO PÚBLICA	ABERTURA E FECHAMENTO DO PORTÃO
12/12/2021 (DOMINGO)	MANHÃ 09h00 as 11h00	102 - ELETRICISTA DE AUTOS	Abertura 01(uma) hora antes do início da prova e fechamento 15(quinze) minutos antes do horário de início da prova, a ser disponibilizado no CDI.
		104 - MECÂNICO	
		105 - MOTORISTA	
		106/107 - OFICIAL DE OBRAS - BOMBEIRO HIDRÁULICO	
		108 - OFICIAL DE OBRAS - ELETRICISTA	
		109 - OFICIAL DE OBRAS - PEDREIRO	
		110 - OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS	
		111 - PADEIRO	
202 - AUXILIAR DE SERVIÇOS			

[...]



**CONCURSO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE  
TRÊS MARIAS/MG - EDITAL Nº 01/2021**



DATA DA PROVA	TURNO/ HORÁRIO	CARGO/FUNÇÃO PÚBLICA	ABERTURA E FECHAMENTO DO PORTÃO
18/12/2021 (SÁBADO)	TARDE 15h00 as 17h00	112 - SERVENTE - COLETA DE LIXO  103 – <b>VIGIA PATRIMONIAL</b>	Abertura 01(uma) hora antes do início da prova e fechamento 15(quinze) minutos antes do horário de início da prova, a ser disponibilizado no CDI.
	TARDE 15h00 as 17h30	301 - AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO	

[...]

**ANEXO I – CARGO/FUNÇÃO PÚBLICA, ESCOLARIDADE, REQUISITO PARA INGRESSO, JORNADA DE TRABALHO, VENCIMENTO INICIAL E VAGAS (AMPLA CONCORRÊNCIA E PcD)**

**ONDE SE LÊ:**

**ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO (ELEMENTAR 1ª A 4ª SÉRIE)**

CARGO	PRÉ-REQUISITO	JORNADA DE TRABALHO	SALÁRIO MENSAL	VAGAS		
				AMPLA CONCORRÊNCIA	PESSOAS C/ DEFICIÊNCIA	TOTAL VAGAS
101 - AUXILIAR DE SERVIÇOS	Ensino Fundamental Incompleto.	44 horas semanais	R\$ 1.161,50	06	01	07
102 - ELETRICISTA DE AUTOS	Ensino Fundamental Incompleto.		R\$ 1.463,20	01	00	01
103 - GUARDA MUNICIPAL	Ensino Fundamental Incompleto.		R\$ 1.161,36	13	01	14
104 – MECÂNICO	Ensino Fundamental Incompleto.		R\$ 1.463,20	01	00	01
105 – MOTORISTA	Ensino Fundamental Incompleto e possuir CNH - Categoria “D”.		R\$ 1.368,46	11	01	12
106 - OFICIAL DE OBRAS - BOMBEIRO HIDRÁULICO (DISTRITO DE ANDREQUICÉ)	Ensino Fundamental Incompleto.		R\$ 1.341,64	02	00	02
107 - OFICIAL DE OBRAS - BOMBEIRO HIDRÁULICO (SEDE)	Ensino Fundamental Incompleto.		R\$ 1.341,64	01	00	01
108 - OFICIAL DE OBRAS – ELETRICISTA	Ensino Fundamental Incompleto.		R\$ 1.341,64	01	00	01
109 - OFICIAL DE OBRAS – PEDREIRO	Ensino Fundamental Incompleto.		R\$ 1.341,64	05	01	06
110 - OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS	Ensino Fundamental Incompleto e possuir CNH - Categoria “C”.		R\$ 1.368,46	02	00	02
111 – PADEIRO	Ensino Fundamental Incompleto.		R\$ 1.341,64	01	00	01
112 - SERVENTE - COLETA DE LIXO	Ensino Fundamental Incompleto.		R\$ 1.161,36	09	01	10
113 - SERVENTE - LIMPEZA DE PRÉDIO	Ensino Fundamental Incompleto.		R\$ 1.161,36	10	01	11
114 - SERVENTE - LIMPEZA VIAS PÚBLICAS – CAPINA e VARRIÇÃO	Ensino Fundamental Incompleto.		R\$ 1.161,36	33	02	35
115 - SERVENTE ESCOLAR	Ensino Fundamental Incompleto.		R\$ 1.161,36	19	01	20



CONCURSO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE  
TRÊS MARIAS/MG - EDITAL Nº 01/2021



ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO

CARGO	PRÉ-REQUISITO	JORNADA DE TRABALHO	SALÁRIO MENSAL	VAGAS		
				AMPLA CONCORRÊNCIA	PESSOAS C/ DEFICIÊNCIA	TOTAL VAGAS
201 - ATENDENTE DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO	Ensino Fundamental Completo.	44 horas semanais	R\$ 1.161,50	02	00	02

ENSINO MÉDIO COMPLETO

CARGO	PRÉ-REQUISITO	JORNADA DE TRABALHO	SALÁRIO MENSAL	VAGAS		
				AMPLA CONCORRÊNCIA	PESSOAS C/ DEFICIÊNCIA	TOTAL VAGAS
301 - AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO	Ensino Médio Completo.	44 horas semanais	R\$ 1.277,82	09	01	10
302 - ASSISTENTE DE ADMINISTRAÇÃO			R\$ 1.341,64	27	01	28
303 - FISCAL MUNICIPAL – SANITÁRIO			R\$ 1.161,50	03	00	03
304 - FISCAL MUNICIPAL – TRIBUTÁRIO			R\$ 1.161,50	01	00	01
305 – MONITOR			R\$ 1.161,50	19	01	20
306 - PROFESSOR I - EDUCAÇÃO INFANTIL/PRÉ-ESCOLA/CRECHES	Ensino Médio Completo com habilitação em curso normal (Magistério) e, em exercício na Pré-escola e/ou nas cinco séries iniciais do Ensino Fundamental.	Até 40 horas semanais	R\$ 2.054,32	30	02	32
307 - PROFESSOR I - ENSINO FUNDAMENTAL	Ensino Médio Completo com habilitação em curso normal (Magistério) e, em exercício na Pré-escola e/ou nas cinco séries iniciais do Ensino Fundamental.	Até 40 horas semanais	R\$ 2.054,32	08	00	08

[...]

ENSINO SUPERIOR COMPLETO

CARGO	PRÉ-REQUISITO	JORNADA DE TRABALHO	SALÁRIO MENSAL	VAGAS		
				AMPLA CONCORRÊNCIA	PESSOAS C/ DEFICIÊNCIA	TOTAL VAGAS
501 - ASSISTENTE SOCIAL	Ensino Superior Completo em Serviço Social e registro no CRESS.	30 horas semanais	R\$ 3.215,25	01	00	01
502 – CONTADOR	Ensino Superior Completo em Ciências Contábeis e registro no CRC.	30 horas semanais	R\$ 3.215,25	01	00	01
503 – ENFERMEIRO	Ensino Superior Completo em Enfermagem e registro no COREN.	44 horas semanais	R\$ 4.305,73	05	00	05
504 – FISIOTERAPEUTA	Ensino Superior Completo em Fisioterapia e registro no CREFFITO.	20 horas semanais	R\$ 3.215,25	02	00	02
505 – FONOAUDIÓLOGO	Ensino Superior Completo em Fonoaudiologia e registro no CREFONO.	30 horas semanais	R\$ 3.215,25	01	00	01
506 - MÉDICO VETERINÁRIO	Ensino Superior Completo em Medicina Veterinária e registro no CRMV.	30 horas semanais	R\$ 4.305,73	02	00	02
507 – ODONTÓLOGO	Ensino Superior Completo em Odontologia e registro no CRO.	20 horas semanais	R\$ 4.305,73	02	00	02
508 – PEDAGOGO	Ensino Superior Completo em Pedagogia com Licenciatura Plena.	40 horas semanais	R\$ 3.215,25	05	00	05
509 - PROCURADOR MUNICIPAL	Ensino Superior Completo em Direito e registro na OAB.	30 horas semanais	R\$ 4.305,73	01	00	01
510 - PROFESSOR II – CIÊNCIAS	Ensino Superior Completo com Licenciatura Plena em Biologia ou Ciências Biológicas.	Até 40 horas semanais	R\$ 2.592,55	02	00	02

[...]



**CONCURSO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE  
TRÊS MARIAS/MG - EDITAL Nº 01/2021**



**ENSINO SUPERIOR COMPLETO**

CARGO	PRÉ REQUISITO	JORNADA DE TRABALHO	SALÁRIO MENSAL	VAGAS		
				AMPLA CONCORRÊNCIA	PESSOAS C/ DEFICIÊNCIA	TOTAL VAGAS
516 - PROFESSOR II – MATEMÁTICA	Ensino Superior Completo em Matemática - Licenciatura Plena em Matemática.	Até 40 horas semanais	R\$ 2.592,55	02	00	02
517 - PROFESSOR II – PORTUGUÊS	Ensino Superior Completo em Letras - Licenciatura Plena em Português.	Até 40 horas semanais	R\$ 2.592,55	02	00	02
518 – PSICÓLOGO	Ensino Superior Completo em Psicologia e registro no CRP.	30 horas semanais	R\$ 3.215,25	01	00	01

**ENSINO SUPERIOR COMPLETO + ESPECIALIZAÇÃO**

CARGO	PRÉ-REQUISITO	JORNADA DE TRABALHO	SALÁRIO MENSAL	VAGAS		
				AMPLA CONCORRÊNCIA	PESSOAS C/ DEFICIÊNCIA	TOTAL VAGAS
601 - FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO	Ensino Superior Completo em Farmácia, com especialização profissional em Análises Clínicas e com registro profissional no respectivo órgão de classe.	30 horas semanais	R\$ 3.215,25	02	00	02

TOTAL DE VAGAS	VAGAS AMPLA CONCORRÊNCIA	VAGAS PCD	TOTAL VAGAS
		260	14

**LEIA-SE:**

**ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO (ELEMENTAR 1ª A 4ª SÉRIE)**

CARGO	PRÉ-REQUISITO	JORNADA DE TRABALHO	SALÁRIO MENSAL	VAGAS		
				AMPLA CONCORRÊNCIA	PESSOAS C/ DEFICIÊNCIA	TOTAL VAGAS
101 – AUXILIAR DE SERVIÇOS	Ensino Fundamental Incompleto.	44 horas semanais	R\$ 1.161,50	06	01	07
102 - ELETRICISTA DE AUTOS	Ensino Fundamental Incompleto.		R\$ 1.463,20	01	00	01
103 – VIGIA PATIMONIAL	Ensino Fundamental Incompleto.		R\$ 1.161,36	13	01	14
104 – MECÂNICO	Ensino Fundamental Incompleto.		R\$ 1.463,20	01	00	01
105 – MOTORISTA	Ensino Fundamental Incompleto e possuir CNH - Categoria “D”.		R\$ 1.368,46	11	01	12
106 - OFICIAL DE OBRAS - BOMBEIRO HIDRÁULICO (DISTRITO DE ANDREQUICÉ)	Ensino Fundamental Incompleto.		R\$ 1.341,64	02	00	02
107 - OFICIAL DE OBRAS - BOMBEIRO HIDRÁULICO (SEDE)	Ensino Fundamental Incompleto.		R\$ 1.341,64	01	00	01
108 - OFICIAL DE OBRAS – ELETRICISTA	Ensino Fundamental Incompleto.		R\$ 1.341,64	01	00	01
109 - OFICIAL DE OBRAS – PEDREIRO	Ensino Fundamental Incompleto.		R\$ 1.341,64	05	01	06
110 - OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS	Ensino Fundamental Incompleto e possuir CNH - Categoria “C”.		R\$ 1.368,46	02	00	02
111 – PADEIRO	Ensino Fundamental Incompleto.		R\$ 1.341,64	01	00	01
112 - SERVENTE - COLETA DE LIXO	Ensino Fundamental Incompleto.		R\$ 1.161,36	09	01	10
113 - SERVENTE - LIMPEZA DE PRÉDIO	Ensino Fundamental Incompleto.		R\$ 1.161,36	10	01	11
114 - SERVENTE - LIMPEZA VIAS PÚBLICAS – CAPINA e VARRIÇÃO	Ensino Fundamental Incompleto.		R\$ 1.161,36	33	02	35
115 - SERVENTE ESCOLAR	Ensino Fundamental Incompleto.		R\$ 1.161,36	19	01	20



CONCURSO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE  
TRÊS MARIAS/MG - EDITAL Nº 01/2021



ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO

CARGO	PRÉ-REQUISITO	JORNADA DE TRABALHO	SALÁRIO MENSAL	VAGAS		
				AMPLA CONCORRÊNCIA	PESSOAS C/ DEFICIÊNCIA	TOTAL VAGAS
201 - ATENDENTE DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO	Ensino Fundamental Completo.	44 horas semanais	R\$ 1.161,50	02	00	02
202 - AUXILIAR DE SERVIÇOS	Ensino Fundamental Completo (1º (Primeiro) Grau).	44 horas semanais	R\$ 1.161,50	06	01	07

ENSINO MÉDIO COMPLETO

CARGO	PRÉ-REQUISITO	JORNADA DE TRABALHO	SALÁRIO MENSAL	VAGAS		
				AMPLA CONCORRÊNCIA	PESSOAS C/ DEFICIÊNCIA	TOTAL VAGAS
301 - AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO	Ensino Médio Completo.	44 horas semanais	R\$ 1.277,82	09	01	10
302 - ASSISTENTE DE ADMINISTRAÇÃO			R\$ 1.341,64	27	01	28
303 - FISCAL MUNICIPAL – SANITÁRIO			R\$ 1.161,50	03	00	03
304 - FISCAL MUNICIPAL – TRIBUTÁRIO			R\$ 1.161,50	01	00	01
305 – MONITOR			R\$ 1.161,50	19	01	20
306 - PROFESSOR I - EDUCAÇÃO INFANTIL/PRÉ-ESCOLA/CRECHES	Ensino Médio Completo com habilitação em curso normal (Magistério de 2º grau para atuar na educação infantil).	Até 40 horas semanais	R\$ 2.054,32	30	02	32
307 - PROFESSOR I - ENSINO FUNDAMENTAL	Ensino Médio Completo com habilitação em curso normal (Magistério de 2º grau)	Até 40 horas semanais	R\$ 2.054,32	08	00	08

[...]

ENSINO SUPERIOR COMPLETO

CARGO	PRÉ-REQUISITO	JORNADA DE TRABALHO	SALÁRIO MENSAL	VAGAS		
				AMPLA CONCORRÊNCIA	PESSOAS C/ DEFICIÊNCIA	TOTAL VAGAS
501 - ASSISTENTE SOCIAL	Ensino Superior Completo em Serviço Social e registro no CRESS.	30 horas semanais	R\$ 3.215,25	01	00	01
502 – CONTADOR	Ensino Superior Completo em Ciências Contábeis e registro no CRC.	30 horas semanais	R\$ 3.215,25	01	00	01
503 – ENFERMEIRO	Ensino Superior Completo em Enfermagem e registro no COREN.	44 horas semanais	R\$ 4.305,73	04	00	04
504 – FISIOTERAPEUTA	Ensino Superior Completo em Fisioterapia e registro no CREFFITO.	20 horas semanais	R\$ 3.215,25	02	00	02
505 – FONOAUDIÓLOGO	Ensino Superior Completo em Fonoaudiologia e registro no CREFONO.	30 horas semanais	R\$ 3.215,25	01	00	01
506 - MÉDICO VETERINÁRIO	Ensino Superior Completo em Medicina Veterinária e registro no CRMV.	30 horas semanais	R\$ 4.305,73	02	00	02
507 – ODONTÓLOGO	Ensino Superior Completo em Odontologia e registro no CRO.	20 horas semanais	R\$ 4.305,73	02	00	02
508 – PEDAGOGO	Ensino Superior Completo em Pedagogia com Licenciatura Plena.	40 horas semanais	R\$ 3.215,25	05	00	05
509 - PROCURADOR MUNICIPAL	Ensino Superior Completo em Direito e registro na OAB.	30 horas semanais	R\$ 4.305,73	01	00	01
510 - PROFESSOR II – CIÊNCIAS	Ensino Superior Completo com Licenciatura Plena em Biologia ou Ciências Biológicas.	Até 40 horas semanais	R\$ 2.592,55	02	00	02

[...]





CONCURSO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE  
TRÊS MARIAS/MG - EDITAL Nº 01/2021



ENSINO SUPERIOR COMPLETO

CARGO	PRÉ REQUISITO	JORNADA DE TRABALHO	SALÁRIO MENSAL	VAGAS		
				AMPLA CONCORRÊNCIA	PESSOAS C/ DEFICIÊNCIA	TOTAL VAGAS
516 - PROFESSOR II – MATEMÁTICA	Ensino Superior Completo em Matemática - Licenciatura Plena em Matemática.	Até 40 horas semanais	R\$ 2.592,55	02	00	02
517 - PROFESSOR II – PORTUGUÊS	Ensino Superior Completo em Letras - Licenciatura Plena em Português.	Até 40 horas semanais	R\$ 2.592,55	02	00	02
518 – PSICÓLOGO	Ensino Superior Completo em Psicologia e registro no CRP.	30 horas semanais	R\$ 3.215,25	01	00	01

ENSINO SUPERIOR COMPLETO + ESPECIALIZAÇÃO

CARGO	PRÉ-REQUISITO	JORNADA DE TRABALHO	SALÁRIO MENSAL	VAGAS		
				AMPLA CONCORRÊNCIA	PESSOAS C/ DEFICIÊNCIA	TOTAL VAGAS
601 - FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO	Ensino Superior Completo em Farmácia, com especialização profissional em Análises Clínicas e com registro profissional no respectivo órgão de classe.	30 horas semanais	R\$ 3.215,25	02	00	02

TOTAL DE VAGAS	VAGAS AMPLA CONCORRÊNCIA	VAGAS PCD	TOTAL VAGAS
	259	14	273

ANEXO II – DESCRIÇÃO E ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS/FUNÇÕES PÚBLICAS

**ONDE SE LÊ:**

<b>CARGO/FUNÇÃO:</b> 101 – AUXILIAR DE SERVIÇOS (Lei nº 1.089/1992 - Lei nº 1.537/1998)
<b>PRÉ-REQUISITO:</b> Ensino Fundamental Incompleto (Nível Elementar).
<b>CARGA HORÁRIA:</b> 44 horas semanais
<b>ATRIBUIÇÕES:</b> Recepcionar o público em geral. Emitir ficha de atendimento e encaminhar as pessoas aos setores solicitados. Receber e protocolar documentos. Organizar fichários e arquivos. Executar serviços de reprodução de documentos e outros. Requisitar, receber, conferir, guardar, distribuir e controlar o consumo de material administrativo. Fiscalizar a entrada e saída de móveis, máquinas e equipamentos. Responsabilizar pela guarda das chaves e pela abertura e fechamento de repartições municipais, desligamento das instalações telefônicas, elétricas e hidráulicas. Executar atividades afins.

[...]

**LEIA-SE:**

<b>CARGO/FUNÇÃO:</b> 202 – AUXILIAR DE SERVIÇOS (Lei nº 1.089/1992 - Lei nº 1.537/1998 – Lei nº 2.111/2009)
<b>PRÉ-REQUISITO:</b> Ensino Fundamental Completo (1º (Primeiro) Grau).
<b>CARGA HORÁRIA:</b> 44 horas semanais
<b>ATRIBUIÇÕES:</b> Recepcionar o público em geral. Emitir ficha de atendimento e encaminhar as pessoas aos setores solicitados. Receber e protocolar documentos. Organizar fichários e arquivos. Executar serviços de reprodução de documentos e outros. Requisitar, receber, conferir, guardar, distribuir e controlar o consumo de material administrativo. Fiscalizar a entrada e saída de móveis, máquinas e equipamentos. Responsabilizar pela guarda das chaves e pela abertura e fechamento de repartições municipais, desligamento das instalações telefônicas, elétricas e hidráulicas. Executar atividades afins.

[...]



CONCURSO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE  
TRÊS MARIAS/MG - EDITAL Nº 01/2021



**ONDE SE LÊ:**

[...]

**CARGO/FUNÇÃO: 103 - GUARDA MUNICIPAL** (Lei nº 1.089/1992 - Lei nº 1.260/1994 - Lei nº 1.324/1995 - Lei nº 1.537/1998)

**PRÉ-REQUISITO:** Ensino Fundamental Incompleto.

**CARGA HORÁRIA:** 44 horas semanais

**ATRIBUIÇÕES:** Executar a vigilância dos próprios municipais. Comunicar imediatamente à chefia qualquer irregularidade ocorrida. Executar outras tarefas afins.

[...]

**LEIA-SE:**

[...]

**CARGO/FUNÇÃO: 103 – VIGIA PATRIMONIAL** (Lei nº 1.089/1992 - Lei nº 1.260/1994 - Lei nº 1.324/1995 - Lei nº 1.537/1998 – **Lei nº 2.871/2021**)

**PRÉ-REQUISITO:** Ensino Fundamental Incompleto.

**CARGA HORÁRIA:** 44 horas semanais

**ATRIBUIÇÕES:** Executar a vigilância dos próprios municipais. Comunicar imediatamente à chefia qualquer irregularidade ocorrida. Executar outras tarefas afins.

[...]

**ONDE SE LÊ:**

[...]

**CARGO/FUNÇÃO: 306 - PROFESSOR I - EDUCAÇÃO INFANTIL/PRÉ-ESCOLA/CRECHES** (Lei nº 1.089/1992 - Lei nº 1.260/1994 - Lei nº 1.324/1995 - Lei nº 1.537/1998 - Lei nº 1.633/2000 - Lei nº 2.110/2009 - Lei nº 2.254/2011 - Lei nº 2.329/2012 - Lei nº 2.405/2013 - Lei nº 2.760/2019)

**PRÉ-REQUISITO:** Ensino Médio Completo com habilitação em curso normal (Magistério) e, em exercício na Pré-escola e/ou nas cinco séries iniciais do Ensino Fundamental.

**CARGA HORÁRIA:** Até 40 horas semanais

**ATRIBUIÇÕES:** Planejar atividades diárias. Ministras aulas. Participar de treinamento. Cumprir e fazer que se cumpram os programas e orientações dos órgãos de registros, supervisão de ensino e assistência ao aluno. Executar atividades afins.

**CARGO/FUNÇÃO: 307 - PROFESSOR I - ENSINO FUNDAMENTAL** (Lei nº 1.089/1992 - Lei nº 1.260/1994 - Lei nº 1.324/1995 - Lei nº 1.537/1998 - Lei nº 1.633/2000 - Lei nº 2.110/2009 - Lei nº 2.254/2011 - Lei nº 2.329/2012 - Lei nº 2.405/2013 - Lei nº 2.760/2019)

**PRÉ-REQUISITO:** Ensino Médio Completo com habilitação em curso normal (Magistério) e, em exercício na Pré-escola e/ou nas cinco séries iniciais do Ensino Fundamental.

**CARGA HORÁRIA:** Até 40 horas semanais

**ATRIBUIÇÕES:** Planejar atividades diárias. Ministras aulas. Participar de treinamento. Cumprir e fazer que se cumpram os programas e orientações dos órgãos de registros, supervisão de ensino e assistência ao aluno. Executar atividades afins.

[...]



CONCURSO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE  
TRÊS MARIAS/MG - EDITAL Nº 01/2021



**LEIA-SE:**

[...]

**CARGO/FUNÇÃO: 306 - PROFESSOR I - EDUCAÇÃO INFANTIL/PRÉ-ESCOLA/CRECHES** (Lei nº 1.089/1992 - Lei nº 1.260/1994 - Lei nº 1.324/1995 - Lei nº 1.537/1998 - Lei nº 1.633/2000 - Lei nº 2.110/2009 - Lei nº 2.254/2011 - Lei nº 2.329/2012 - Lei nº 2.405/2013 - Lei nº 2.760/2019)

**PRÉ-REQUISITO:** Ensino Médio Completo com habilitação em curso normal (Magistério de 2º grau para atuar na educação infantil).

**CARGA HORÁRIA:** Até 40 horas semanais

**ATRIBUIÇÕES:** Planejar atividades diárias. Ministras aulas. Participar de treinamento. Cumprir e fazer que se cumpram os programas e orientações dos órgãos de registros, supervisão de ensino e assistência ao aluno. Executar atividades afins.

**CARGO/FUNÇÃO: 307 - PROFESSOR I - ENSINO FUNDAMENTAL** (Lei nº 1.089/1992 - Lei nº 1.260/1994 - Lei nº 1.324/1995 - Lei nº 1.537/1998 - Lei nº 1.633/2000 - Lei nº 2.110/2009 - Lei nº 2.254/2011 - Lei nº 2.329/2012 - Lei nº 2.405/2013 - Lei nº 2.760/2019)

**PRÉ-REQUISITO:** Ensino Médio Completo com habilitação em curso normal (Magistério de 2º grau).

**CARGA HORÁRIA:** Até 40 horas semanais

**ATRIBUIÇÕES:** Planejar atividades diárias. Ministras aulas. Participar de treinamento. Cumprir e fazer que se cumpram os programas e orientações dos órgãos de registros, supervisão de ensino e assistência ao aluno. Executar atividades afins.

[...]

**ANEXO III – QUADRO DE PROVAS**

**ONDE SE LÊ:**

**ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO (ELEMENTAR) / ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO**

CARGOS/FUNÇÕES	PROVA OBJETIVA (CONTEÚDOS, Nº DE QUESTÕES E PESOS)					PROVA PRÁTICA
	PORTUGUÊS (Peso 4)	MATEMÁTICA (Peso 4)	CONHEC. GERAIS (Peso 4)	TOTAL QUESTÕES	TOTAL PONTOS	
101 - AUXILIAR DE SERVIÇOS						-
102 - ELETRICISTA DE AUTOS						APTO / INAPTO
103 - GUARDA MUNICIPAL						-
104 - MECÂNICO						APTO / INAPTO
105 - MOTORISTA						APTO / INAPTO
106/107 - OFICIAL DE OBRAS - BOMBEIRO HIDRÁULICO						-
108 - OFICIAL DE OBRAS - ELETRICISTA						-
109 - OFICIAL DE OBRAS - PEDREIRO	10	10	05	25	100,0	-
110 - OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS						APTO / INAPTO
111 - PADEIRO						-
112 - SERVENTE - COLETA DE LIXO						-
113 - SERVENTE - LIMPEZA DE PRÉDIO						-
114 - SERVENTE - LIMPEZA VIAS PÚBLICAS - CAPINA, VARRIÇÃO						-
115 - SERVENTE ESCOLAR						-
201 - ATENDENTE DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO						-

[...]



CONCURSO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE  
TRÊS MARIAS/MG - EDITAL Nº 01/2021



**LEIA-SE:**

CARGOS/FUNÇÕES	PROVA OBJETIVA (CONTEÚDOS, Nº DE QUESTÕES E PESOS)					PROVA PRÁTICA
	PORTUGUÊS (Peso 4)	MATEMÁTICA (Peso 4)	CONHEC. GERAIS (Peso 4)	TOTAL QUESTÕES	TOTAL PONTOS	
102 - ELETRICISTA DE AUTOS	10	10	05	25	100,0	APTO / INAPTO
103 – <b>VIGIA PATRIMONIAL</b>						-
104 – MECÂNICO						APTO / INAPTO
105 – MOTORISTA						APTO / INAPTO
106/107 - OFICIAL DE OBRAS - BOMBEIRO HIDRÁULICO						-
108 - OFICIAL DE OBRAS – ELETRICISTA						-
109 - OFICIAL DE OBRAS – PEDREIRO						-
110 - OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS						APTO / INAPTO
111 – PADEIRO						-
112 - SERVENTE - COLETA DE LIXO						-
113 - SERVENTE - LIMPEZA DE PRÉDIO						-
114 - SERVENTE - LIMPEZA VIAS PÚBLICAS - CAPINA, VARRIÇÃO						-
115 - SERVENTE ESCOLAR						-
201 - ATENDENTE DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO						-
<b>202 - AUXILIAR DE SERVIÇOS</b>						-

**ANEXO IV – CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS E REFERÊNCIAS**

**ONDE SE LÊ:**

[...]

**ENSINO MÉDIO/TÉCNICO COMPLETO**

[...]

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – 301 - AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO / 302 - ASSISTENTE DE ADMINISTRAÇÃO**

Conhecimentos gerais de Administração Pública: Constituição da República Federativa do Brasil. Lei de Licitações e Pregão (Lei nº 8.666/1993 e nº 14.133/2021, nº 10.520/2002). Estatuto do Servidor do Município. Plano de Cargos do Município. Noções de arquivo. Departamentalização e Descentralização. Habilidades interpessoais. Atendimento ao cliente. Diversidade. Atitudes no trabalho. Satisfação no trabalho. Trabalho em grupo. Trabalho em equipe. Comunicação interpessoal e organizacional. Conflito. Negociação. Estrutura Organizacional. Formulários. Análise e distribuição do trabalho. Manuais de organização. Redação de documentos oficiais e textos empresariais. Noções sobre a Constituição da República Federativa do Brasil. Administração Pública. Almojarifado e gestão de estoques. E ainda todos os conteúdos tratados nas referências definidas no programa para esse cargo.

**REFERÊNCIAS:**

BELTRÃO, O. Correspondência: linguagem & comunicação: oficial, empresarial, particular / Odacir Beltrão, Mariúsa Beltrão. 24ª ed. rev. e atual. por Mariúsa Beltrão. São Paulo: Atlas, 2011.

BRASIL. Manual de Redação Oficial da Presidência da República. 3ª ed. rev. e atual. Brasília: Presidência da República, 2018. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/centrodeestudos/assuntos/manual-de-redacao-da-presidencia-da-republica/manual-de-redacao.pdf>> Acesso em: 20 de julho de 2021.



**CONCURSO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE  
TRÊS MARIAS/MG - EDITAL Nº 01/2021**



- BRASIL. Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Títulos e Capítulos que tratam da Administração Pública e respectivas leis complementares e Emendas Constitucionais. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)> Acesso em: 20 de julho de 2021.
- BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 22 jun. 1993. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8666cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666cons.htm)> Acesso em: 20 de julho de 2021.
- BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 10.520 (LEI ORDINÁRIA), de 17 de julho de 2002. República Federativa do Brasil. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110520.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110520.htm)> Acesso em: 20 de julho de 2021.
- BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021. República Federativa do Brasil. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.133-de-1-de-abril-de-2021-311876884>> Acesso em: 20 de julho de 2021.
- BRUDEKI, N. M.; BERNARDI, J. Gestão de Serviços Públicos Municipais. Curitiba, PR: Intersaberes, 2013.
- CRUZ, E. B. Manual de gestão de documentos. Belo Horizonte. Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, Arquivo Público Mineiro. 2ª ed. rev. e atual, 2013.
- MARIANO, F. Arquivologia. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2015.
- PALUDO, A. Administração pública. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. Disponível em: <[http://www.mktgen.com.br/MET/ELSEVIER/9788535282429\\_SUM.pdf](http://www.mktgen.com.br/MET/ELSEVIER/9788535282429_SUM.pdf)> Acesso em: 20 de julho de 2021.
- SILVA, M. da. Teoria da administração pública. Ijuí: Ed. Unijuí, 2008. Disponível em: <<http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/207/Teoria%20da%20administra%C3%A7%C3%A3o%20p%C3%BAblica.pdf?sequence=1>> Acesso em: 20 de julho de 2021.
- TRÊS MARIAS. Câmara Municipal de Três Marias. Lei Municipal nº Lei Ordinária nº 1.089, de 31 de março de 1992. Dispõe sobre o Plano de Cargos e Carreiras do Pessoal da prefeitura e das Fundações Públicas de Três Marias. Disponível em: <[http://cmtresmarias.mg.gov.br/pdf\\_lei/0001939\\_lo\\_lei\\_ordinaria\\_1089\\_1992.pdf](http://cmtresmarias.mg.gov.br/pdf_lei/0001939_lo_lei_ordinaria_1089_1992.pdf)> Acesso em: 20 de julho de 2021.
- TRÊS MARIAS. Câmara Municipal de Três Marias. Lei Municipal nº 1.154, de 30 de dezembro de 1992. Dispõe sobre o Estatuto do Servidor Público da Administração Direta e das Autarquias e das Fundações Públicas do Poder Executivo do Município de Três Marias. Disponível em: <[http://cmtresmarias.mg.gov.br/pdf\\_lei/0001482\\_lo\\_lei\\_ordinaria\\_1154\\_1992.pdf](http://cmtresmarias.mg.gov.br/pdf_lei/0001482_lo_lei_ordinaria_1154_1992.pdf)> Acesso em: 20 de julho de 2021.
- TRÊS MARIAS. Câmara Municipal de Três Marias. Resolução nº 186, de 28 de junho de 2004 (texto



CONCURSO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE  
TRÊS MARIAS/MG - EDITAL Nº 01/2021



atualizado em 10/10/2019, até a Emenda nº 011/2016). Dispõe sobre a revisão geral da Lei Orgânica Municipal. Disponível em: <[http://cmtresmarias.mg.gov.br/links/lom\\_-\\_pdf.pdf](http://cmtresmarias.mg.gov.br/links/lom_-_pdf.pdf)> Acesso em: 20 de julho de 2021.

[...]

**LEIA-SE:**

[...]

**ENSINO MÉDIO/TÉCNICO COMPLETO**

[...]

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – 301 - AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO / 302 - ASSISTENTE DE ADMINISTRAÇÃO**

Conhecimentos gerais de Administração Pública: Constituição da República Federativa do Brasil. Lei de Licitações e Pregão (Lei Federal nº 8.666/1993 - Lei Federal nº 10.520/2002 - Lei Federal nº 14.133/2021). Estatuto do Servidor do Município. Plano de Cargos do Município. Noções de arquivo. Departamentalização e Descentralização. Habilidades interpessoais. Atendimento ao cliente. Diversidade. Atitudes no trabalho. Satisfação no trabalho. Trabalho em grupo. Trabalho em equipe. Comunicação interpessoal e organizacional. Conflito. Negociação. Estrutura Organizacional. Formulários. Análise e distribuição do trabalho. Manuais de organização. Redação de documentos oficiais e textos empresariais. Noções sobre a Constituição da República Federativa do Brasil. Administração Pública. Almoxarifado e gestão de estoques. E ainda todos os conteúdos tratados nas referências definidas no programa para esse cargo.

**REFERÊNCIAS:**

BELTRÃO, O. Correspondência: linguagem & comunicação: oficial, empresarial, particular / Odacir Beltrão, Mariúsa Beltrão. 24ª ed. rev. e atual. por Mariúsa Beltrão. São Paulo: Atlas, 2011.

BRASIL. Manual de Redação Oficial da Presidência da República. 3ª ed. rev. e atual. Brasília: Presidência da República, 2018. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/centrodeestudos/assuntos/manual-de-redacao-da-presidencia-da-republica/manual-de-redacao.pdf>> Acesso em: 20 de julho de 2021.

BRASIL. Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Títulos e Capítulos que tratam da Administração Pública e respectivas leis complementares e Emendas Constitucionais. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)> Acesso em: 20 de julho de 2021.

**BRASIL. Presidência da República. Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019. Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal. <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/decreto/D10024.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10024.htm)> Acesso em: 11 de outubro de 2021.**

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 22 jun. 1993. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8666cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666cons.htm)> Acesso em: 20 de julho de 2021.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 10.520 (LEI ORDINÁRIA), de 17 de julho de 2002. República Federativa do Brasil. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110520.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110520.htm)> Acesso em: 20 de julho de 2021.



CONCURSO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE  
TRÊS MARIAS/MG - EDITAL Nº 01/2021



BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021. República Federativa do Brasil. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.133-de-1-de-abril-de-2021-311876884>> Acesso em: 20 de julho de 2021.

BRUDEKI, N. M.; BERNARDI, J. Gestão de Serviços Públicos Municipais. Curitiba, PR: Intersaberes, 2013.

CRUZ, E. B. Manual de gestão de documentos. Belo Horizonte. Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, Arquivo Público Mineiro. 2ª ed. rev. e atual, 2013.

MARIANO, F. Arquivologia. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2015.

PALUDO, A. Administração pública. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. Disponível em: <[http://www.mktgen.com.br/MET/ELSEVIER/9788535282429\\_SUM.pdf](http://www.mktgen.com.br/MET/ELSEVIER/9788535282429_SUM.pdf)> Acesso em: 20 de julho de 2021.

SILVA, M. da. Teoria da administração pública. Ijuí: Ed. Unijuí, 2008. Disponível em: <<http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/207/Teoria%20da%20administra%C3%A7%C3%A3o%20p%C3%ABblica.pdf?sequence=1>> Acesso em: 20 de julho de 2021.

TRÊS MARIAS. Câmara Municipal de Três Marias. Lei Municipal nº Lei Ordinária nº 1.089, de 31 de março de 1992. Dispõe sobre o Plano de Cargos e Carreiras do Pessoal da prefeitura e das Fundações Públicas de Três Marias. Disponível em: <[http://cmtresmarias.mg.gov.br/pdf\\_lei/0001939\\_lo\\_lei\\_ordinaria\\_1089\\_1992.pdf](http://cmtresmarias.mg.gov.br/pdf_lei/0001939_lo_lei_ordinaria_1089_1992.pdf)> Acesso em: 20 de julho de 2021.

TRÊS MARIAS. Câmara Municipal de Três Marias. Lei Municipal nº 1.154, de 30 de dezembro de 1992. Dispõe sobre o Estatuto do Servidor Público da Administração Direta e das Autarquias e das Fundações Públicas do Poder Executivo do Município de Três Marias. Disponível em: <[http://cmtresmarias.mg.gov.br/pdf\\_lei/0001482\\_lo\\_lei\\_ordinaria\\_1154\\_1992.pdf](http://cmtresmarias.mg.gov.br/pdf_lei/0001482_lo_lei_ordinaria_1154_1992.pdf)> Acesso em: 20 de julho de 2021.

TRÊS MARIAS. Câmara Municipal de Três Marias. Resolução nº 186, de 28 de junho de 2004 (texto atualizado em 10/10/2019, até a Emenda nº 011/2016). Dispõe sobre a revisão geral da Lei Orgânica Municipal. Disponível em: <[http://cmtresmarias.mg.gov.br/links/lom\\_-\\_pdf.pdf](http://cmtresmarias.mg.gov.br/links/lom_-_pdf.pdf)> Acesso em: 20 de julho de 2021.

[...]

### **ONDE SE LÊ:**

[...]

### **CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – 304 - FISCAL MUNICIPAL - TRIBUTÁRIO**

Tributos de competência do Município. Finanças Municipais: atividade financeira estatal, receita, rendas municipais e preços públicos. A estrutura tributária municipal: impostos, taxas, contribuição de melhoria. Constituição da República Federativa do Brasil. Código Tributário Nacional. Código Tributário do Município, ISSQN, IPTU, ITBI, TAXAS, Contribuição para Custeio de Iluminação Pública. Lei Orgânica do Município. Ética profissional. Imposto sobre Propriedade Territorial e Urbano. Fator Gerador. Cadastro Imobiliário. Imposto. Imunidade e Isenção tributária. E ainda todos os conteúdos tratados nas referências definidas no programa para esse cargo.



**CONCURSO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE  
TRÊS MARIAS/MG - EDITAL Nº 01/2021**



**REFERÊNCIAS:**

ANDRADE, N. de A. Contabilidade pública na gestão municipal. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.

BEZERRA FILHO, J. E. Contabilidade aplicada ao setor público: abordagem simples e objetiva / João Eudes Bezerra Filho. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2015.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. 7ª ed. Brasília: DF, 2017. Disponível em:  
<<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/456785/MCASP+7%C2%AA%20edi%C3%A7%C3%A3o+Vers%C3%A3o+Final.pdf/6e874adb-44d7-490c-8967-b0acd3923f6d>> Acesso em: 20 de julho de 2021.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 5 de maio de 2000. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm)> Acesso em: 20 de julho de 2021.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003. Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências. Brasília, DF, 1º ago. 2003. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp116.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp116.htm)> Acesso em: 20 de julho de 2021.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 22 jun. 1993. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8666cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8666cons.htm)> Acesso em: 20 de julho de 2021.

ROSA, M. B. Contabilidade do Setor Público. 2ª ed. Atlas, 2013.

SILVA, V. L. A nova contabilidade aplicada ao setor público: uma abordagem prática. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.

TRÊS MARIAS. Câmara Municipal de Três Marias. Lei Ordinária nº 1.234, de 16 de dezembro de 1993. Dispõe sobre o Código Tributário do Município de Três Marias. Disponível em:  
<[http://cmtresmarias.mg.gov.br/pdf\\_lei/0002672\\_lo\\_lei\\_ordinaria\\_1234\\_1993.pdf](http://cmtresmarias.mg.gov.br/pdf_lei/0002672_lo_lei_ordinaria_1234_1993.pdf)> Acesso em: 20 de julho de 2021.

TRÊS MARIAS. Câmara Municipal de Três Marias. Resolução nº 186, de 28 de junho de 2004 (texto atualizado em 10/10/2019, até a Emenda nº 011/2016). Dispõe sobre a revisão geral da Lei Orgânica Municipal. Disponível em: <[http://cmtresmarias.mg.gov.br/links/lom\\_-\\_pdf.pdf](http://cmtresmarias.mg.gov.br/links/lom_-_pdf.pdf)> Acesso em: 20 de julho de 2021.

TRÊS MARIAS. Câmara Municipal de Três Marias. Lei Ordinária nº 2.144, de 26 de novembro de 2009. Institui o Código de Postura do Município de Três Marias e dá outras providências. Disponível em:  
<[http://cmtresmarias.mg.gov.br/pdf\\_lei/0000379\\_lo\\_lei\\_ordinaria\\_2144\\_2009.pdf](http://cmtresmarias.mg.gov.br/pdf_lei/0000379_lo_lei_ordinaria_2144_2009.pdf)> Acesso em: 20 de julho de 2021.

ZITA, A. L. Ética na gestão pública: Curitiba, PR. Intersaberes, 2016.  
[...]





**LEIA-SE:**

[...]

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – 304 - FISCAL MUNICIPAL - TRIBUTÁRIO**

Tributos de competência do Município. Finanças Municipais: atividade financeira estatal, receita, rendas municipais e preços públicos. A estrutura tributária municipal: impostos, taxas, contribuição de melhoria. Constituição da República Federativa do Brasil. Código Tributário Nacional. Código Tributário do Município, ISSQN, IPTU, ITBI, TAXAS, Contribuição para Custeio de Iluminação Pública. Lei Orgânica do Município. Ética profissional. Imposto sobre Propriedade Territorial e Urbano. Fator Gerador. Cadastro Imobiliário. Imposto. Imunidade e Isenção tributária. E ainda todos os conteúdos tratados nas referências definidas no programa para esse cargo.

**REFERÊNCIAS:**

ANDRADE, N. de A. Contabilidade pública na gestão municipal. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.

BEZERRA FILHO, J. E. Contabilidade aplicada ao setor público: abordagem simples e objetiva / João Eudes Bezerra Filho. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2015.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. 7ª ed. Brasília: DF, 2017. Disponível em:  
<<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/456785/MCASP+7%C2%AA%20edi%C3%A7%C3%A3o+Vers%C3%A3o+Final.pdf/6e874adb-44d7-490c-8967-b0acd3923f6d>> Acesso em: 20 de julho de 2021.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 5 de maio de 2000. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm)> Acesso em: 20 de julho de 2021.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003. Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências. Brasília, DF, 1º ago. 2003. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp116.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp116.htm)> Acesso em: 20 de julho de 2021.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 22 jun. 1993. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8666cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8666cons.htm)> Acesso em: 20 de julho de 2021.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021. República Federativa do Brasil. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.133-de-1-de-abril-de-2021-311876884>> Acesso em: 11 de outubro de 2021.

ROSA, M. B. Contabilidade do Setor Público. 2ª ed. Atlas, 2013.

SILVA, V. L. A nova contabilidade aplicada ao setor público: uma abordagem prática. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.

TRÊS MARIAS. Câmara Municipal de Três Marias. Lei Ordinária nº 1.234, de 16 de dezembro de 1993. Dispõe sobre o Código Tributário do Município de Três Marias. Disponível em:



CONCURSO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE  
TRÊS MARIAS/MG - EDITAL Nº 01/2021



<[http://cmtresmarias.mg.gov.br/pdf\\_lei/0002672\\_lo\\_lei\\_ordinaria\\_1234\\_1993.pdf](http://cmtresmarias.mg.gov.br/pdf_lei/0002672_lo_lei_ordinaria_1234_1993.pdf)> Acesso em: 20 de julho de 2021.

TRÊS MARIAS. Câmara Municipal de Três Marias. Resolução nº 186, de 28 de junho de 2004 (texto atualizado em 10/10/2019, até a Emenda nº 011/2016). Dispõe sobre a revisão geral da Lei Orgânica Municipal. Disponível em: <[http://cmtresmarias.mg.gov.br/links/lom\\_-\\_pdf.pdf](http://cmtresmarias.mg.gov.br/links/lom_-_pdf.pdf)> Acesso em: 20 de julho de 2021.

TRÊS MARIAS. Câmara Municipal de Três Marias. Lei Ordinária nº 2.144, de 26 de novembro de 2009. Institui o Código de Postura do Município de Três Marias e dá outras providências. Disponível em: <[http://cmtresmarias.mg.gov.br/pdf\\_lei/0000379\\_lo\\_lei\\_ordinaria\\_2144\\_2009.pdf](http://cmtresmarias.mg.gov.br/pdf_lei/0000379_lo_lei_ordinaria_2144_2009.pdf)> Acesso em: 20 de julho de 2021.

ZITA, A. L. Ética na gestão pública: Curitiba, PR. Intersaberes, 2016.  
[...]

**ONDE SE LÊ:**

[...]

**ENSINO SUPERIOR COMPLETO**

[...]

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – 502 - CONTADOR**

Contabilidade pública: conceito, objeto, objetivos, princípios, regimes, campos de aplicação. Receitas Públicas: Conceitos, receitas de competência dos municípios, classificação, estágios de execução, restituição e anulação de receitas, regime de contabilização e Dívida ativa. Despesas Públicas: Conceitos, classificação, licitação, regime de adiantamento. Estágios de execução e regime de contabilização. Orçamento público: Conceito e Princípios orçamentários. Exercício Financeiro. Créditos Adicionais. Antecipação de Receitas orçamentárias. Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual. Restos a pagar. Balancete: características, conteúdo e forma. Demonstrações contábeis segundo a Lei nº 4.320/1964: balanço orçamentário, balanço financeiro, balanço patrimonial e demonstração das variações patrimoniais. NBC TSP: Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público. Manual de contabilidade aplicada ao setor público – MCASP. Plano de contas aplicado ao setor público: aspectos gerais e estrutura do PCASP 2020 – Portaria STN nº 386/2009. Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF): Despesas com Pessoal, Transferências Voluntárias, Destinação de recursos públicos para o setor privado, da Dívida e do endividamento, Operações de Crédito por Antecipação de Receita Orçamentária, Restos a pagar, Da Transparência, controle e Fiscalização. E ainda todos os conteúdos tratados nas referências definidas no programa para esse cargo.

**REFERÊNCIAS:**

ANDRADE, N. de A. Contabilidade pública na gestão municipal. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2017. Métodos com base nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) e nos padrões internacionais de contabilidade.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. 7ª ed. Brasília: DF, 2017. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/456785/MCASP+7%C2%AA%20edi%C3%A7%C3%A3o+Vers%C3%A3o+Final.pdf/6e874adb-44d7-490c-8967-b0acd3923f6d>> Acesso em: 20 de julho de 2021.



**CONCURSO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE  
TRÊS MARIAS/MG - EDITAL Nº 01/2021**



- BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Plano de Contas Aplicado ao Setor Público. Brasília: DF, 2017. Disponível em: <[http://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt\\_PT/pcasp](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt_PT/pcasp)> Acesso em: 20 de julho de 2021.
- BRASIL. Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 5 out. 1988. E atualizações. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)> Acesso em: 20 de julho de 2021.
- BRASIL. Presidência da República. Lei Federal Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 5 maio 2000. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm)> Acesso em: 20 de julho de 2021.
- BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Brasília, DF, 23 mar. 1964. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4320.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4320.htm)> Acesso em: 20 de julho de 2021.
- BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Brasília, DF, 27 out. 1966. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5172.htm)> Acesso em: 20 de julho de 2021.
- BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 22 jun. 1993. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8666cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666cons.htm)> Acesso em: 20 de julho de 2021.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23 de setembro de 2016. Aprova a NBC TSP Estrutura Conceitual – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público. Disponível em: <<http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSPEC.pdf>> Acesso em: 20 de julho de 2021.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - CFC. Normas brasileiras de contabilidade: contabilidade aplicada ao setor público: NBCs TSP 01 a NBC TSP 16. / Conselho Federal de Contabilidade. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2018. Publicação eletrônica. [56] p. Disponível em: <<https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-tsp-do-setor-publico/>> Acesso em: 20 de julho de 2021.
- CREPALDI, S. A.; CREPALDI, G. S. 1952 – Orçamento público: planejamento, elaboração e controle / Silvio Aparecido Crepaldi, Guilherme Simões Crepaldi. 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013. ISBN 978-85
- GIACOMONI, J. Orçamento público. 17ª ed. revista e atualizada. São Paulo: Atlas, 2017.
- KOHAMA, H. Contabilidade pública: teoria e prática / Heilio Kohama. 15ª ed. São Paulo: Atlas, 2016.
- PISCITELLI, R. B. Contabilidade pública: uma abordagem da administração financeira pública / Roberto Bocaccio Piscitelli ... [et al.]. 13ª ed. rev. ampliada e atualizada até março de 2014. São Paulo: Atlas, 2014.



CONCURSO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE  
TRÊS MARIAS/MG - EDITAL Nº 01/2021



REIS, H. da C.; MACHADO JR., J. T. A Lei nº 4.320 comentada e a lei de responsabilidade fiscal. 35ª ed. Lumen Juris, IBAM.

SLOMSKI, V. Manual de contabilidade pública: de acordo com as normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público (IPSASB/ IFAC/CFC) / Valmor Slomski. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.

TRÊS MARIAS. Câmara Municipal de Três Marias. Lei Ordinária nº 1.234, de 16 de dezembro de 1993. Dispõe sobre o Código Tributário do Município de Três Marias. Disponível em: <[http://cmtresmarias.mg.gov.br/pdf\\_lei/0002672\\_lo\\_lei\\_ordinaria\\_1234\\_1993.pdf](http://cmtresmarias.mg.gov.br/pdf_lei/0002672_lo_lei_ordinaria_1234_1993.pdf)> Acesso em: 17 de maio de 2021.

TRÊS MARIAS. Câmara Municipal de Três Marias. Lei Ordinária nº 2.813, de 16 de junho de 2020. Dispõe sobre as Diretrizes para Elaboração da Lei Orçamentária do Município de Três Marias para o exercício de 2021. Disponível em: <[https://cmtresmarias.mg.gov.br/pdf\\_lei/0005403\\_lo\\_lei\\_ordinaria\\_2813\\_2020.pdf](https://cmtresmarias.mg.gov.br/pdf_lei/0005403_lo_lei_ordinaria_2813_2020.pdf)> Acesso em: 20 de julho de 2021.

[...]

**LEIA-SE:**

[...]

**ENSINO SUPERIOR COMPLETO**

[...]

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – 502 - CONTADOR**

Contabilidade pública: conceito, objeto, objetivos, princípios, regimes, campos de aplicação. Receitas Públicas: Conceitos, receitas de competência dos municípios, classificação, estágios de execução, restituição e anulação de receitas, regime de contabilização e Dívida ativa. Despesas Públicas: Conceitos, classificação, licitação, regime de adiantamento. Estágios de execução e regime de contabilização. Orçamento público: Conceito e Princípios orçamentários. Exercício Financeiro. Créditos Adicionais. Antecipação de Receitas orçamentárias. Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual. Restos a pagar. Balancete: características, conteúdo e forma. **Demonstrações Contábeis segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) – Federação 2020.** Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF): Despesas com Pessoal, Transferências Voluntárias, Destinação de recursos públicos para o setor privado, da Dívida e do endividamento, Operações de Crédito por Antecipação de Receita Orçamentária, Restos a pagar, **Da Transparência, controle e Fiscalização: Relatório Resumido da Execução Orçamentária. Relatório de Gestão Fiscal.** E ainda todos os conteúdos tratados nas referências definidas no programa para esse cargo.

**REFERÊNCIAS:**

ANDRADE, N. de A. Contabilidade pública na gestão municipal. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2017. Métodos com base nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) e nos padrões internacionais de contabilidade.

**BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. 8ª ed. Brasília: DF, 2019. Disponível em: <<https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-contabilidade-aplicada-ao-setor-publico-mcasp/2019/26>> Acesso em: 11 de outubro de 2021.**

**BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Plano de Contas Aplicado ao Setor Público. Brasília: DF, 2019. Disponível em: <<https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/plano>>**



**CONCURSO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE  
TRÊS MARIAS/MG - EDITAL Nº 01/2021**



[de-contas-aplicado-ao-setor-publico-pcasp-federacao/2020/114?ano\\_selecionado=2020](#)> Acesso em: 11 de outubro de 2021.

BRASIL. Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 5 out. 1988. E atualizações. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)> Acesso em: 20 de julho de 2021.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 5 maio 2000. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm)> Acesso em: 20 de julho de 2021.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Brasília, DF, 23 mar. 1964. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4320.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4320.htm)> Acesso em: 20 de julho de 2021.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Brasília, DF, 27 out. 1966. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5172.htm)> Acesso em: 20 de julho de 2021.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 22 jun. 1993. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8666cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666cons.htm)> Acesso em: 20 de julho de 2021.

**BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021. República Federativa do Brasil. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.133-de-1-de-abril-de-2021-311876884>> Acesso em: 11 de outubro de 2021.**

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23 de setembro de 2016. Aprova a NBC TSP Estrutura Conceitual – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público. Disponível em: <<http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSPEC.pdf>> Acesso em: 20 de julho de 2021.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - CFC. Normas brasileiras de contabilidade: contabilidade aplicada ao setor público: NBCs TSP 01 a NBC TSP 16. / Conselho Federal de Contabilidade. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2018. Publicação eletrônica. [56] p. Disponível em: <<https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-tsp-do-setor-publico/>> Acesso em: 20 de julho de 2021.

CREPALDI, S. A.; CREPALDI, G. S. 1952 – Orçamento público: planejamento, elaboração e controle / Sílvio Aparecido Crepaldi, Guilherme Simões Crepaldi. 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013. ISBN 978-85

GIACOMONI, J. Orçamento público. 17ª ed. revista e atualizada. São Paulo: Atlas, 2017.

KOHAMA, H. Contabilidade pública: teoria e prática / Heilio Kohama. 15ª ed. São Paulo: Atlas, 2016.



CONCURSO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE  
TRÊS MARIAS/MG - EDITAL Nº 01/2021



PISCITELLI, R. B. Contabilidade pública: uma abordagem da administração financeira pública / Roberto Bocaccio Piscitelli ... [et al.]. 13ª ed. rev. ampliada e atualizada até março de 2014. São Paulo: Atlas, 2014.

REIS, H. da C.; MACHADO JR., J. T. A Lei nº 4.320 comentada e a lei de responsabilidade fiscal. 35ª ed. Lumen Juris, IBAM.

SLOMSKI, V. Manual de contabilidade pública: de acordo com as normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público (IPSASB/ IFAC/CFC) / Valmor Slomski. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.

TRÊS MARIAS. Câmara Municipal de Três Marias. Lei Ordinária nº 1.234, de 16 de dezembro de 1993. Dispõe sobre o Código Tributário do Município de Três Marias. Disponível em:  
<[http://cmtresmarias.mg.gov.br/pdf\\_lei/0002672\\_lo\\_lei\\_ordinaria\\_1234\\_1993.pdf](http://cmtresmarias.mg.gov.br/pdf_lei/0002672_lo_lei_ordinaria_1234_1993.pdf)> Acesso em: 17 de maio de 2021.

TRÊS MARIAS. Câmara Municipal de Três Marias. Lei Ordinária nº 2.813, de 16 de junho de 2020. Dispõe sobre as Diretrizes para Elaboração da Lei Orçamentária do Município de Três Marias para o exercício de 2021. Disponível em:  
<[https://cmtresmarias.mg.gov.br/pdf\\_lei/0005403\\_lo\\_lei\\_ordinaria\\_2813\\_2020.pdf](https://cmtresmarias.mg.gov.br/pdf_lei/0005403_lo_lei_ordinaria_2813_2020.pdf)> Acesso em: 20 de julho de 2021.

[...]

**ONDE SE LÊ:**

[...]

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – 509 - PROCURADOR MUNICIPAL**

[...]

**REFERÊNCIAS:**

BALEEIRO, A. Direito Tributário Brasileiro. 14ª ed. atual. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

BRASIL. Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)> Acesso em: 20 de julho de 2021.

BRASIL. Presidência da República. Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores, e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 27 fev. 1967. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del0201.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0201.htm)> Acesso em: 20 de julho de 2021.

BRASIL. Presidência da República. Decreto-Lei nº 4.657, de 04 de setembro de 1942. Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 9 set. 1942. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/CCivil\\_03/Decreto-Lei/Del4657compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/Decreto-Lei/Del4657compilado.htm)> Acesso em: 20 de julho de 2021.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 26 de fevereiro de 1998. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/cCIVIL\\_03/LEIS/LCP/Lcp95.htm](http://www.planalto.gov.br/cCIVIL_03/LEIS/LCP/Lcp95.htm)> Acesso em: 20 de julho de 2021.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. Estabelece



**CONCURSO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE  
TRÊS MARIAS/MG - EDITAL Nº 01/2021**



normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 5 de maio de 2000. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm)> Acesso em: 20 de julho de 2021.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003. Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências. Brasília, DF, 1º ago. 2003. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp116.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp116.htm)> Acesso em: 20 de julho de 2021.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal Complementar nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 11 de dezembro de 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/Leis/L8112cons.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Leis/L8112cons.htm)> Acesso em: 20 de julho de 2021.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 1.079, de 10 de abril de 1950. Define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 12 abr. 1950. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/leis/L1079.htm](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L1079.htm)> Acesso em: 20 de julho de 2021.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Brasília, DF, 23 mar. 1964. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4320.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4320.htm)> Acesso em: 20 de julho de 2021.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 4.717, de 29 de junho de 1965. Regula a Ação Popular. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 5 set. 1965. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/leis/L4717.htm](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L4717.htm)> Acesso em: 20 de julho de 2021.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Brasília, DF, 27 out. 1966. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5172.htm)> Acesso em: 20 de julho de 2021.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 7.347, de 24 de julho de 1985. Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 25 jul. 1985. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7347Compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7347Compilada.htm)> Acesso em: 20 de julho de 2021.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 8.249, de 02 de junho de 1992. Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 3 jun. 1992. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/leis/L8429.htm](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L8429.htm)> Acesso em: 20 de julho de 2021.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 22 jun. 1993. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8666cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666cons.htm)> Acesso em: 20 de julho de 2021.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 9.507, de 12 de novembro de 1997. Regula o direito de



**CONCURSO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE  
TRÊS MARIAS/MG - EDITAL Nº 01/2021**



acesso a informações e disciplina o rito processual do habeas data. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 13 nov. 1997. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9507.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9507.htm)> Acesso em: 20 de julho de 2021.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. E suas atualizações. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 13 fev. 1998. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9605.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9605.htm)> Acesso em: 20 de julho de 2021.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 9.868, de 10 de novembro de 1999. Dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 11 nov. 1999. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19868.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19868.htm)> Acesso em: 20 de julho de 2021.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 9.882, de 03 de dezembro de 1999. Dispõe sobre o processo e julgamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental, nos termos do § 1º do art. 102 da Constituição Federal. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 6 dez. 1999. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19882.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19882.htm)> Acesso em: 20 de julho de 2021.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 11 jul. 2001. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/leis/LEIS\\_2001/L10257.htm](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm)> Acesso em: 20 de julho de 2021.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 11 jan. 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm)> Acesso em: 20 de julho de 2021.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 18 jul. 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2002/L10520.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10520.htm)> Acesso em: 20 de julho de 2021.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 12.016, de 07 de agosto de 2009. Disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 10 ago. 2009. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/112016.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112016.htm)> Acesso em: 20 de julho de 2021.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 12.462, de 04 de agosto de 2011. Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 5 ago. 2011. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/L12462compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/L12462compilado.htm)> Acesso em: 20 de julho de 2021.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 13.105, de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 17 mar. 2015. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm)> Acesso em: 20 de julho de 2021.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 13.300, de 23 de junho de 2016. Disciplina o processo e





CONCURSO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE  
TRÊS MARIAS/MG - EDITAL Nº 01/2021



o julgamento dos mandados de injunção individual e coletivo e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 24 jun. 2016. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/lei/113300.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113300.htm)> Acesso em: 20 de julho de 2021.

CARVALHO FILHO, J. dos S. Manual de Direito Administrativo. 32ª ed. São Paulo: Atlas, 2018.

CARVALHO, P. B. Curso de Direito Tributário. 20ª ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

COÊLHO, S. C. N. Curso de Direito Tributário Brasileiro. 16ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

DI PIETRO, M. S. Z. Manual de Direito Administrativo. 31ª ed. rev. atual e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2018

FERNANDES, B. G. Curso de Direito Constitucional. 10ª ed. Salvador: JusPodivm, 2018.

LEITE, C. H. B. Curso de Direito do Trabalho. 9ª ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

MACHADO, H. B. Curso de Direito Tributário. 38ª ed. São Paulo: Malheiros, 2017.

NEVES, D. A. A. Manual de Direito Processual Civil. 10ª ed. Salvador: JusPodivm, 2018.

SABBAG, E. Manual de Direito Tributário. 10ª ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

SARAIVA, R.; LINHARES, A. Curso de Direito Processual do Trabalho. 15ª ed. Salvador: JusPodivm, 2018.

TARTUCE, F. Manual de Direito Civil. 8ª ed. Método, 2018.

VICENTE, P.; ALEXANDRINO, M. Direito Administrativo Descomplicado. 25ª ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2017.

[...]

**LEIA-SE:**

[...]

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – 509 - PROCURADOR MUNICIPAL**

[...]

**REFERÊNCIAS:**

BALEEIRO, A. Direito Tributário Brasileiro. 14ª ed. atual. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

BRASIL. Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)> Acesso em: 20 de julho de 2021.

BRASIL. Presidência da República. Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores, e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 27 fev. 1967. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del0201.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0201.htm)> Acesso em: 20 de julho de 2021.

BRASIL. Presidência da República. Decreto-Lei nº 4.657, de 04 de setembro de 1942. Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 9 set. 1942. Disponível em:



**CONCURSO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE  
TRÊS MARIAS/MG - EDITAL Nº 01/2021**



<[http://www.planalto.gov.br/CCivil\\_03/Decreto-Lei/Del4657compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/Decreto-Lei/Del4657compilado.htm)> Acesso em: 20 de julho de 2021.

**BRASIL. Presidência da República. Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019. Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal. <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/decreto/D10024.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10024.htm)> Acesso em: 11 de outubro de 2021.**

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 26 de fevereiro de 1998. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/cCIVIL\\_03/LEIS/LCP/Lcp95.htm](http://www.planalto.gov.br/cCIVIL_03/LEIS/LCP/Lcp95.htm)> Acesso em: 20 de julho de 2021.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 5 de maio de 2000. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm)> Acesso em: 20 de julho de 2021.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003. Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências. Brasília, DF, 1º ago. 2003. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp116.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp116.htm)> Acesso em: 20 de julho de 2021.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal Complementar nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 11 de dezembro de 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/Leis/L8112cons.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Leis/L8112cons.htm)> Acesso em: 20 de julho de 2021.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 1.079, de 10 de abril de 1950. Define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 12 abr. 1950. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/leis/L1079.htm](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L1079.htm)> Acesso em: 20 de julho de 2021.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Brasília, DF, 23 mar. 1964. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4320.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4320.htm)> Acesso em: 20 de julho de 2021.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 4.717, de 29 de junho de 1965. Regula a Ação Popular. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 5 set. 1965. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/leis/L4717.htm](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L4717.htm)> Acesso em: 20 de julho de 2021.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Brasília, DF, 27 out. 1966. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5172.htm)> Acesso em: 20 de julho de 2021.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 7.347, de 24 de julho de 1985. Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de



**CONCURSO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE  
TRÊS MARIAS/MG - EDITAL Nº 01/2021**



valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 25 jul. 1985. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7347Compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7347Compilada.htm)> Acesso em: 20 de julho de 2021.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 8.249, de 02 de junho de 1992. Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.

Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 3 jun. 1992. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/leis/L8429.htm](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L8429.htm)> Acesso em: 20 de julho de 2021.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 22 jun. 1993. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8666cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666cons.htm)> Acesso em: 20 de julho de 2021.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 9.507, de 12 de novembro de 1997. Regula o direito de acesso a informações e disciplina o rito processual do habeas data. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 13 nov. 1997. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9507.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9507.htm)> Acesso em: 20 de julho de 2021.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. E suas atualizações. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 13 fev. 1998. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9605.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9605.htm)> Acesso em: 20 de julho de 2021.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 9.868, de 10 de novembro de 1999. Dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 11 nov. 1999. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19868.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19868.htm)> Acesso em: 20 de julho de 2021.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 9.882, de 03 de dezembro de 1999. Dispõe sobre o processo e julgamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental, nos termos do § 1º do art. 102 da Constituição Federal. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 6 dez. 1999. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19882.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19882.htm)> Acesso em: 20 de julho de 2021.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 11 jul. 2001. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/leis/LEIS\\_2001/L10257.htm](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm)> Acesso em: 20 de julho de 2021.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 11 jan. 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm)> Acesso em: 20 de julho de 2021.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 18 jul. 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2002/L10520.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10520.htm)> Acesso em: 20 de julho de 2021.



CONCURSO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE  
TRÊS MARIAS/MG - EDITAL Nº 01/2021



BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 12.016, de 07 de agosto de 2009. Disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 10 ago. 2009. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/112016.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112016.htm)> Acesso em: 20 de julho de 2021.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 12.462, de 04 de agosto de 2011. Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 5 ago. 2011. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/L12462compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/L12462compilado.htm)> Acesso em: 20 de julho de 2021.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 13.105, de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 17 mar. 2015. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm)> Acesso em: 20 de julho de 2021.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 13.300, de 23 de junho de 2016. Disciplina o processo e o julgamento dos mandados de injunção individual e coletivo e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 24 jun. 2016. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/lei/113300.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113300.htm)> Acesso em: 20 de julho de 2021.

**BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021. República Federativa do Brasil. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.133-de-1-de-abril-de-2021-311876884>> Acesso em: 11 de outubro de 2021.**

CARVALHO FILHO, J. dos S. Manual de Direito Administrativo. 32ª ed. São Paulo: Atlas, 2018.

CARVALHO, P. B. Curso de Direito Tributário. 20ª ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

COÊLHO, S. C. N. Curso de Direito Tributário Brasileiro. 16ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

DI PIETRO, M. S. Z. Manual de Direito Administrativo. 31ª ed. rev. atual e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2018

FERNANDES, B. G. Curso de Direito Constitucional. 10ª ed. Salvador: JusPodivm, 2018.

LEITE, C. H. B. Curso de Direito do Trabalho. 9ª ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

MACHADO, H. B. Curso de Direito Tributário. 38ª ed. São Paulo: Malheiros, 2017.

NEVES, D. A. A. Manual de Direito Processual Civil. 10ª ed. Salvador: JusPodivm, 2018.

SABBAG, E. Manual de Direito Tributário. 10ª ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

SARAIVA, R.; LINHARES, A. Curso de Direito Processual do Trabalho. 15ª ed. Salvador: JusPodivm, 2018.

TARTUCE, F. Manual de Direito Civil. 8ª ed. Método, 2018.

VICENTE, P.; ALEXANDRINO, M. Direito Administrativo Descomplicado. 25ª ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2017.



**CONCURSO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE  
TRÊS MARIAS/MG - EDITAL Nº 01/2021**



[...]

Todas as demais cláusulas permanecem inalteradas.

Três Marias, 19 de outubro de 2021.

**ADAIR DIVINO DA SILVA**  
PREFEITO MUNICIPAL DE TRÊS MARIAS